

Estado, Mercado e Democracia: Política e economia comparadas Lourdes Sola, org., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

A presente coletânea originou-se do seminário "Estado, Mercado e Democracia" realizado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP em 1991, cuja preocupação foi examinar a relação entre democratização e liberalização econômica. Essas mudanças tornaram-se quase consensuais com o fim da guerra fria e a globalização da economia. Nota-se tal convergência na rota de países que partem de situações iniciais muito diferentes, como os da América Latina (saindo de regimes autoritários e enfrentando dificuldades da estabilização) e os do Leste europeu (fazendo a transição política e econômica). Essa homogeneidade aparente tem gerado tentações de abordagens generalizantes em economistas e cientistas políticos.

Como nota Sola, vários cientistas sociais, através de análises comparativas, contrapõem-se às simplificações, ressaltando especificidades políticas e institucionais para explicar possibilidades de transformação. Os autores dessa coletânea partilham a preocupação de integrar fatores político-econômicos internos com o ambiente internacional.

O livro tem cinco partes: a primeira trata das dimensões internacionais da democratização; a segunda discute a relação entre liberalização e democratização; a terceira analisa a relação entre Estado e estabilização no contexto da democratização brasileira; a quarta parte questiona se a experiência de liberalização na América Latina é útil ao Leste europeu e; por fim, a quinta parte coloca a dimensão política do ajustamento em uma perspectiva comparada.

Abre-se a primeira parte com um texto de Fernando Henrique Cardoso analisando a relação entre mercado e Estado. Lembra que o mercado foi visto pelos liberais clássicos como uma relação civilizadora contra o Estado absolutista. Todavia, no século XIX, os excessos do início da industrialização levaram à intervenção estatal para limitar os custos sociais do mercado. Nos países latino-americanos, a peculiaridade de formação gerou diferentes formas dessa relação. Assim, o Estado burocrático autoritário moldou a liberalização política e econômica naqueles países.

Whitehead discute as perspectivas na análise das influências internacionais nas democratizações: as de contágio, controle e consenso. O contágio baseia-se na localização geográfica sem considerar outras variáveis internas. O controle é a forma onde uma potência hegemônica impõe um regime a outros países, como por exemplo as forças americanas na Europa do pós-guerra. Para o autor, o entendimento das transições necessita de uma abordagem mais complexa que inclua os atores internos, influenciados por aliados externos. Essa é justamente a abordagem do consenso.

Hurrel, no último ensaio da primeira parte, discute a legitimidade e eficácia das intervenções internacionais a favor da democracia. Coloca três abordagens sobre relações internacionais: realista, liberal pluralista e liberal universalista. A primeira enfatiza a busca da ordem à qual se subordinam as restrições normativas; os liberais pluralistas defendem o princípio da não intervenção e, por fim, os liberais cosmopolitas colocam os princípios da liberdade individual acima da autonomia

dos Estados Nacionais, apoiando a intervenção contra regimes não democráticos.

Na segunda parte, que trata do efeito das reformas econômicas na América Latina, destaca-se o estudo de Malloy sobre os países dos Andes Centrais, discutindo as dificuldades da implementação de um programa como o neoliberal, que reduz o tamanho do Estado em economias onde a renda e o *status* das camadas médias urbanas depende do acesso ao aparelho estatal. Conseqüência disso é a fragmentação partidária e o caráter clientelista das facções partidárias, dificultando a formação de governos democráticos estáveis. No caso da Bolívia e do Chile, o processo de liberalização necessitou de medidas autoritárias.

Juan Carlo Torre analisa as dificuldades da transição para a democracia quando a "austeridade tornou-se um fato permanente", referindo-se à experiência dos países mais desenvolvidos no Cone Sul: Argentina, Brasil e Chile.

O texto de William Smith aborda os efeitos do programa neoliberal de Menem, que agravou a concentração de renda e as condições sociais na Argentina. Observando, entretanto, que estas eram tendências já presentes na fase anterior de estagnação.

Na terceira parte, mais próxima ao leitor brasileiro, sobressaem os estudos de Lourdes Sola e o de Guilherme Dias e Basília Aguirre. O primeiro discute a relação entre economia de mercado e regime político aberto que, segundo o *Consenso de Washington*, se reforçariam mutuamente. No Brasil, ao contrário, é visível a correlação, após a democratização, entre desequilíbrios macroeconômicos e a postergação das reformas estruturais. As gestões Sarney e Collor caracterizaram-se pela "capacidade decrescente de mobilizar os recursos de poder necessários" para enfrentar tarefas como resolver a crise fiscal do Estado, definir uma nova inserção do país na ordem mundial e montar uma coalizão de poder capaz de empreender e consolidar as reformas.

Guilherme Dias e Basília Aguirre ressaltam o caráter do pacto político formado no governo Geisel. Para realizar a etapa final do processo de substituição de importações, com investimentos em infra-estrutura, insumos básicos e bens de capital, foi necessária uma intensa mobilização de poupanças. Sua viabilização, no contexto de abertura política, precisou de apoio político ampliado, incorporando as oligarquias regionais tradicionais. Esse pacto, consolidado após a abertura, implicou na imobilidade política para enfrentar a situação de crise.

As quarta e quinta partes tratam da comparação entre a transição realizada nos países do Leste europeu e da América Latina. Joan Nelson descreve as características de países que foram reformadores vigorosos no Terceiro Mundo (incluindo regimes democráticos e autoritários): convicção da população da necessidade de reforma, poder executivo forte e autônomo para fazer política econômica e oposição reprimida ou enfraquecida. Entretanto, a longo prazo, a consolidação da liberalização depende da capacidade de mobilizar "apoio positivo às novas políticas, procedimentos e instituições". Uma segunda questão colocada é sobre os problemas e vantagens de empreender reformas política e econômica simultaneamente.

Os últimos trabalhos de Haggard e Kaufman e o de Gourevich discutem a intervenção estatal. O primeiro enfatiza a importância de uma burocracia governamental capacitada para implantar reformas, e o segundo a relação entre políticas econômicas e regimes políticos.

Para concluir, devemos sublinhar o alto nível dos trabalhos e relevância das questões discutidas, especial-

mente quando se tem como objeto a vida política brasileira e a dificuldade de realizar reformas estruturais para retomar o crescimento.

Arthur Barrionuevo Filho

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

ORIENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

- A *Revista de Economia Política* publica artigos, comunicações, artigos-resenhas, notas e comentários, documentos e resenhas de livros. A *Revista* encaminha artigos e os publica na ordem de sua aprovação pelo Conselho Editorial.
- Os *Artigos* não devem exceder 30 páginas, com 30 linhas de 70 toques cada página (total máximo de 63.000 toques), incluindo referências e as notas de rodapé.
- O *Artigo-Resenha* será um levantamento bibliográfico de determinado assunto.
- As *Comunicações* são artigos muito breves, pontuais, que incluem a utilização de modelos teóricos, não excedendo 10 páginas. O Conselho Editorial, interessado em trabalhos curtos, estimula o envio de comunicações, dando prioridade a elas sobre os artigos.
- As *Notas e Comentários* são análises de artigos publicados na *Revista* e breves análises de um problema de economia aplicada.
- As *Comunicações* sobre qualquer assunto e os *Comentários* sobre artigos publicados na *Revista de Economia Política* são estimulados. Se o comentário for para publicação, o autor do artigo criticado terá direito a uma réplica no mesmo número em que for publicado o comentário.
- As *Resenhas de Livros* serão limitadas a um máximo de três páginas.
- Os trabalhos submetidos à *Revista* deverão ser originais. Em casos especiais será aceita a publicação simultânea em outra revista estrangeira.
- Os artigos e demais contribuições devem ser em três vias datilografadas, em espaço duplo (inclusive as notas de rodapé e as referências bibliográficas), mais o respectivo disquete. O artigo já deverá conter um resumo (máximo de 100 palavras), preferivelmente em inglês.
- Os trabalhos deverão ter referências bibliográficas completas e precisas, adotando-se uma das duas alternativas seguintes:
Alternativa A: O trabalho é identificado pelo nome do autor e a data, que aparecem entre parênteses no transcrito do texto. No final do artigo deve aparecer a referência bibliográfica completa.
Exemplo: No texto depois de uma citação da *Teoria do desenvolvimento econômico*, de Joseph Schumpeter, escrever (Schumpeter, 1911, págs. 80-81). No final do artigo aparecem as *Referências* ou *Obras Citadas* (nunca uma *bibliografia*), da seguinte forma:
SCHUMPETER, Joseph (1911). *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Editora Abril, 1982. Primeira edição em alemão, 1911.
(A data escolhida para a referência pode ser a da edição utilizada ou, preferivelmente, a data da edição original, de forma a ficar clara a época em que o trabalho foi produzido. Neste caso é necessário colocar as duas datas: a da edição utilizada, para que a citação possa ser verificada, e a da edição original.)
Alternativa B: As referências são colocadas em notas de rodapé, ao pé de cada página, numeradas. A primeira citação deve ser completa, como nas *Obras Citadas* da *Alternativa A*. Neste caso a data aparece depois do nome da editora. Nas demais do mesmo trabalho basta citar o autor e *op. cit.*, ou, quando se tratar de citação sequencial do mesmo trabalho, basta escrever *idem* e o número da página. Nesta alternativa não se coloca no final do artigo a relação de *Obras Citadas* ou a *Bibliografia*.
- O nome dos livros citados e o nome de revistas deve aparecer sempre sublinhado ou itálico. O nome dos artigos deve vir entre aspas. No caso de livros, é essencial colocar a cidade onde o livro foi duplicado e o nome da editora; no caso de artigos, o volume, o número e a data da revista.
- Todos os trabalhos submetidos à *Revista* serão julgados pelo editor e pelo secretário do Conselho Editorial, a partir de parecer por escrito de membros desse Conselho:
- Os artigos só serão submetidos ao Conselho Editorial desde que a secretária da *Revista* verifique o cumprimento dos requisitos acima.
- Os originais apresentados serão considerados definitivos e, caso sejam aprovados para publicação, as provas tipográficas não serão submetidas à correção pelo autor.
- A simples remessa de originais à *Revista* implica autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.
- A *Revista de Economia Política* compromete-se a dar sempre uma resposta por carta aos autores. Em caso de aprovação, poderão ser sugeridas modificações. Em caso de recusa, não serão comunicadas as razões. Os originais não serão devolvidos.